



PROCESSO N.º	41.289-9/2021
ASSUNTO	CONTAS ANUAIS DE GOVERNO MUNICIPAL – Exercício 2021
PRINCIPAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE-MT
CNPJ	07.209.245/0001-72
GESTOR	ORLEI JOSÉ GRASSELLI
ADVOGADO	NÃO CONSTA
RELATOR	CONSELHEIRO SÉRGIO RICARDO DE ALMEIDA

II - VOTO

70. Inicialmente, cabe registrar que o agente político cumpriu com os percentuais constitucionais na área da educação.

71. Na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino foi aplicado o correspondente a **28,18%**, das receitas provenientes de impostos municipais e transferências estadual e federal, **cumprindo** o disposto no artigo 212¹ da Constituição Federal de 1988, que fixa o percentual mínimo em 25%.

72. Em relação ao FUNDEB, ficou demonstrado que foram aplicados **68,57%** na valorização e remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública, estando em **acordo** com o que estipula a Resolução de Consulta nº 10/2022.

73. No que concerne à saúde, foram aplicados **27,64%** do produto da arrecadação dos impostos, em **cumprimento** ao limite mínimo de 15% estabelecido no artigo 77, III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

74. Destaco que as despesas com pessoal foram realizadas de acordo com os limites contidos na Lei Complementar nº 101/2000 e os repasses ao Poder Legislativo

¹ Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.





observaram o artigo 29-A², da Constituição Federal.

75. Feitas essas observações, passo a analisar as irregularidades que foram identificadas nas contas anuais de governo do referido município, senão vejamos:

ORLEI JOSE GRASSELLI - ORDENADOR DE DESPESAS / Período: 01/01/2021 a 31/12/2021

1) AB99 LIMITES CONSTITUCIONAIS/LEGAIS_GRAVE_99. Irregularidade referente à Limite Constitucional/Legal, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa nº 17/2010 – TCE-MT.

1.1) *Não destinação do percentual mínimo da receita do FUNDEB à remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício, violando a E. C. nº 108/2020 e artigo 26 da Lei 14.113/2020. - Tópico - 6.2.1. FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – FUNDEB*

76. Conforme o Relatório Técnico Preliminar, o município não destinou o percentual mínimo de 70% da receita do FUNDEB à remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício, conforme registros da aplicação dos recursos da Fonte 18, sendo destinado o percentual de 68,57%, descumprindo a Lei nº 14.113/2020.

77. O defendente discordou da Secex, argumentando que, além das dificuldades no cumprimento da aplicação mínima do FUNDEB em virtude dos reflexos gerados pela pandemia da COVID 19 bem como pelas vedações impostas pela L.C. nº 173/2020, o Tribunal de Contas, a partir das contas de governo de 2021, passou a não mais considerar no cômputo dos 70% do FUNDEB, as despesas custeadas com recursos de superávit financeiro do exercício anterior.

78. Além disso, sustentou que, dentro do contexto proibitivo imposto pela Lei Complementar Federal nº 173/2020, o município ficou impossibilitado de promover as devidas concessões de Revisão Geral Anual aos profissionais da Educação, bem como promover a expansão da demanda necessária de pessoal, situação que demandaria contratação de pessoal, onde retomou a situação que o jurisdicionado encontrou

²**Art. 29-A.** O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000) (Vide Emenda Constitucional nº 109, de 2021) (Vigência)





impeditivos para a consolidação das ações, diante do qual a possibilidade para tal expansão auxiliaria no investimento da receita orçamentária recebida e, conseqüentemente, com o aumento das despesas de pessoal, o que alteraria ao todo para que o município atingisse o mínimo legal de 70%.

79. Concluiu sustentando que situações específicas de não atingimento da aplicação mínima de 70% dos recursos do FUNDEB em remuneração dos profissionais da educação básica, durante o período excepcional estabelecido na LC nº 173/2020, sejam avaliadas pelos Tribunais de Contas de acordo com as circunstâncias do caso concreto, sem ensejar a emissão de parecer prévio desfavorável nas contas de governo.

80. Após análise, a Equipe de Auditoria opinou pela manutenção da irregularidade, pois, no seu entendimento, não houve comprovação por parte do gestor, acerca de medidas adotadas para evitar o não atingimento do mínimo constitucional na valorização e remuneração do magistério municipal em 2021.

81. Ressaltou que o argumento de que adotou medidas administrativas visando o atingimento do limite mínimo de 70% não foi comprovado pelo defendente, restando somente a argumentação expressa sem respaldo de provas.

82. O Ministério Público de Contas concordou com a Secex pela manutenção da irregularidade, argumentando que o município não destinou o percentual mínimo de 70% da receita do FUNDEB à remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício, conforme registros da aplicação dos recursos da Fonte 18, sendo destinado o percentual de 68,57%.

83. Em alegações finais, o responsável reiterou seus argumentos defensivos, sustentando incoerência da Secex ao manter o apontamento sendo que o município conseguiu atingir um percentual de 68,75% na aplicação dos recursos do FUNDEB, bem próximo do limite constitucional.





84. Alegou, ainda que, assim como dispõe a Resolução de Consulta nº 18/2021-TP, a situação deve ser ponderada pelo TCE com base nos princípios da supremacia do interesse público, da razoabilidade e da proporcionalidade, considerando os obstáculos e as dificuldades reais do gestor.

85. Em nova manifestação, o Ministério Público de Contas reafirmou seu posicionamento anterior, no sentido de manter a irregularidade AB99, pois, no seu entendimento, o município de Ipiranga do Norte não destinou o percentual mínimo de 70% da receita do FUNDEB à remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício.

86. No entanto, em pese opinar pela manutenção do achado, o MPC salientou que a irregularidade não tem gravidade suficiente para a reprovação das contas.

87. Pois bem, preliminarmente, cumpre ressaltar que este Tribunal de Contas já pacificou seu posicionamento sobre a efetiva obrigatoriedade de o gestor municipal cumprir a aplicação do percentual mínimo de recursos na educação, previsto no artigo 212, *caput*, da Constituição Federal, considerando o contexto da pandemia do novo Coronavírus (Covid-19).

88. É fato notório que com o surgimento da pandemia do COVID-19 diversas medidas foram impostas para conter a sua propagação, entre elas a suspensão das atividades pedagógicas presenciais nas unidades escolares de todos os níveis e modalidades de ensino.

89. No campo da legislação, tanto na esfera federal quanto estadual, presenciou-se a construção de um conjunto de normas jurídicas excepcionais visando à proteção da coletividade e a regulamentação das relações jurídicas ocorridas no período, numa tentativa de minorar o impacto negativo da pandemia nos setores da sociedade.

90. Nessa seara, verifica-se que a Lei Complementar nº 173/2020, ao estabelecer o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus, promoveu





mudanças no artigo 65 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), admitindo, na hipótese de decretação de calamidade pública, a mitigação de uma série de obrigações de natureza fiscal, com a intenção de conferir ao gestor público as condições necessárias ao enfrentamento do período excepcional.

91. Nesse aspecto, este Tribunal de Contas, mediante a Resolução de Consulta nº 18/2021-TP/TCE-MT (Processo nº 59.870-4/2021-PRINCIPAL), definiu que as vedações impostas pela LC nº 173/2020, não podem se sobrepor à determinação constitucional de aplicação mínima de 70% dos recursos do Fundeb na valorização e remuneração dos profissionais da educação básica.

92. Consta na citada Resolução de Consulta que, diante das dificuldades de cumprir com a fração mínima de 70% do Fundeb para valorização e remuneração dos profissionais da educação básica em 2021, o administrador público deve adotar medidas que melhor acomodem o cumprimento do percentual mínimo, a exemplo do pagamento de indenizações e concessão de adicionais decorrentes de direitos adquiridos.

93. Ainda, conforme a Resolução, **o descumprimento do mínimo constitucional de aplicação dos 70% do Fundeb** na valorização dos profissionais da educação básica no exercício de 2021, diante da comprovação de que o gestor público adotou medidas para evitar tal situação, **deve ser ponderado pelo Tribunal de Contas com base nos princípios da supremacia do interesse público, da razoabilidade e da proporcionalidade**, considerando os obstáculos e as dificuldades reais do gestor, conforme determinação do artigo 22, *caput*, da LINDB.

94. Ademais disso, como se sabe, a pandemia da COVID-19 ainda causa reflexos em 2022, e, nesse tocante, o TCE-MT considerou que **eventual descumprimento do percentual mínimo destinado ao FUNDEB nos exercícios de 2020, 2021 e 2022, por si só, não ocasionará a reprovação das contas de governo do Município.**





95. Foi nesse sentido que este Tribunal, sabiamente, por meio da novel **Resolução de Consulta nº 10/2022**, teve a sensibilidade de pacificar o entendimento de que, **para os exercícios de 2021 e 2022, a aplicação mínima com a remuneração dos profissionais da educação básica será aquela estabelecida pela Lei nº 11.494/2007³**, em face do não cumprimento do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 108/2020.

96. Portanto, para os exercícios mencionados, será exigido o cumprimento de 60% (sessenta por cento) da aplicação dos recursos anuais totais do Fundo, na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública.

97. Isso porque, o artigo 3º da Emenda Constitucional nº 108/2020 estabeleceu que os Estados teriam o prazo de 02 (dois) anos, contados da data da promulgação da emenda, para aprovar lei estadual prevista no inciso II do parágrafo único do art. 158 da Constituição Federal, mas até a data da referida Resolução a providência não foi adotada.

98. Pelo exposto, em dissonância com o entendimento da Secex e do MPC, concluo pelo **saneamento** da irregularidade **AB99**, tendo em vista que o município aplicou 68,57% dos recursos do FUNDEB na valorização dos profissionais da educação básica no exercício de 2021, cumprindo, portanto, o percentual mínimo definido pela Resolução de Consulta nº 10/2022.

ORLEI JOSE GRASSELLI - ORDENADOR DE DESPESAS / Período: 01/01/2021 a 31/12/2021

2) DA05 GESTÃO FISCAL/FINANCEIRA_GRAVÍSSIMA_05. Não-recolhimento das cotas de contribuição previdenciária do empregador à instituição de previdência (arts. 40 e 195, I, da Constituição Federal).

2.1) *Não recolhimento da cota previdenciária patronal no valor de R\$ 277,00, contrariando os arts. 40 e 195, I, da C.F/88.* - Tópico - 6.4.1.1.1. **ADIMPLÊNCIA DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PATRONAIS E DOS SEGURADOS**

³ Art. 22. Pelo menos **60% (sessenta por cento)** dos recursos anuais totais dos Fundos serão destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública.





99. Conforme o Relatório Técnico Preliminar, o gestor deixou de repassar ao Fundo de Previdência Municipal, cota da contribuição previdenciária patronal referente ao mês de janeiro/2021, no valor de R\$ 277,00.

100. Em sede de defesa, o gestor sustentou que não existe divergências entre o valor devido e o valor pago, vez que as contribuições previdenciárias da competência de janeiro/2021 estão regulares.

101. Argumentou que o valor devido pela Prefeitura relativo à competência de janeiro/2021 era de R\$ 79.641,03, sendo esse valor integralmente recolhido/pago ao RPPS, não existindo diferença de valores a pagar, tratando-se o caso em tela de um equívoco no preenchimento do atestado de veracidade.

102. A Secex, ao analisar a documentação anexada, verificou que o valor da cota previdenciária patronal constante do Resumo da Folha do mês de janeiro/2021 é de R\$ 79.641,03, mesmo valor registrado no relatório Parecer Técnico da Unidade de Controle Interno do RPPS. Também analisou que, conforme Guias de Recolhimento Previdenciário emitidas pelo Fundo de Previdência Municipal, e os comprovantes das Transferências entre contas diversas do Banco do Brasil, o total recolhido da parte patronal referente ao mês de janeiro/2021 foi de R\$ 79.641,03.

103. Assim, tanto a Secex quanto o MPC concluíram pelo saneamento da irregularidade, pois consideraram evidenciado que o valor devido a título de cota parte patronal do mês de janeiro/2021 da Prefeitura Municipal, foi integralmente recolhido aos cofres do Fundo de Previdência Municipal, sendo correto o valor registrado no Parecer Técnico da UCI, qual seja, R\$ 79.641,03.

104. Em sede de alegações finais, o gestor se justificou apenas sobre a irregularidade mantida – AB99. Da mesma forma, o MPC analisou somente a mencionada irregularidade.





105. Pois bem, a meu ver, não há que se falar em irregularidade, tendo em vista que, conforme anexado pela defesa no Doc. Digital nº 168783/2022, fl. 24, houve o recolhimento da cota previdenciária patronal, em observância aos artigos 40 e 195, I, da CF/88. Em razão da ausência de divergência, concluo pelo **afastamento** do achado **DA05**.

ORLEI JOSE GRASSELLI - ORDENADOR DE DESPESAS / Período: 01/01/2021 a 31/12/2021

3) FB03 PLANEJAMENTO/ORÇAMENTO_GRAVE_03. Abertura de créditos adicionais por conta de recursos inexistentes: excesso de arrecadação, superávit financeiro, anulação total ou parcial de dotações e operações de crédito (art. 167, II e V, da Constituição Federal; art. 43 da Lei 4.320/1964).

3.1) Abertura de créditos adicionais por conta de recursos inexistentes de excesso de arrecadação, no valor de R\$ 768.625,54, nas fontes de recursos 24 e 33, em descumprimento ao disposto no art. 167, II e V, da Constituição Federal e no art. 43, da Lei nº 4.320/1964. - Tópico - 3.1.3.1. ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

106. De acordo com o Relatório Preliminar, da análise dos créditos adicionais por excesso de arrecadação, constatou-se que houve a abertura de créditos adicionais sem recursos suficientes nas fontes 24 e 33.

107. O gestor, em sua defesa, esclareceu que os referidos créditos pelas fontes 24 e 33 foram abertos considerando a expectativa dos convênios a receber, cujo cronograma de desembolso estava previsto para recebimento ainda em exercícios anteriores, motivo pelo qual esses recursos não foram previstos quando da elaboração da LOA 2021, e que devido à falta de repasse, tiveram seus empenhos anulados, sendo aberto crédito adicional por excesso de arrecadação no exercício de 2021 para inclusão do recurso no orçamento.

108. Acrescentou que, quanto aos créditos abertos na fonte de recursos 24, relativo a Transferências de Convênios - Outros não relacionados à educação/saúde/assistência social, se trata de abertura de crédito cuja origem refere-se a convênio celebrado em 16/12/2019, junto ao Ministério do Desenvolvimento Regional-MDR, oriundo do Contrato de Repasse Caixa nº 882649, cujo objeto refere-se à pavimentação asfáltica de vias urbanas de diversas ruas de Ipiranga do Norte-MT.





109. Em relação à fonte de recurso 33, relativa à Transferências de Convênios ou contrato de repasse do Estado - Outros não relacionados à educação/saúde/assistência social, argumentou que a abertura do crédito teve origem no Convênio nº 780/2020, celebrado junto à SINFRA/MT, no final do exercício de 2020 (18/12/2020), sendo realizada a abertura do crédito adicional no exercício de 2021, através do Decreto nº 33/2021, pela tendência de excesso de arrecadação do convênio.

110. A Secex sanou o apontamento, tendo em vista que o defendente comprovou que havia recursos suficientes para respaldar o crédito adicional suplementar aberto em 02/03/2021, por meio do Decreto nº 33/2021

111. Na mesma linha da Secex, o Ilustre Procurador de Contas também se manifestou pelo afastamento do achado, haja vista a existência de recursos suficientes para respaldar o crédito aberto.

112. Como já dito acima, não houve manifestação acerca desta irregularidade em alegações finais.

113. De início, ressalto que, o excesso de arrecadação é apurado no exercício financeiro em curso, devendo ser consideradas as receitas arrecadadas em confronto com as previstas para aquele ano específico.

114. Conforme destacado pela Secex, a insuficiência de recursos apontada na Fonte 24 levou em consideração todos os convênios previstos para o ano, e no caso específico do crédito aberto pelo Decreto nº 33/2021, há que se considerar que os recursos do convênio que o amparou foram repassados em 2021, ou seja, havia recursos suficientes para respaldar o crédito aberto.

115. O crédito adicional suplementar foi aberto em 02/03/2021, por meio do Decreto nº 33/2021, sendo os recursos repassados em 2021, de acordo com os documentos apresentados. Dessa forma, entendo pelo **saneamento** do apontamento em relação à Fonte 24.





Tribunal de Contas
Mato Grosso

GABINETE DE CONSELHEIRO

Conselheiro Sérgio Ricardo

Telefones: (65) 3613-7575 / 7677 / 7672

E-mail: gab.sergio@tce.mt.gov.br

116. Quanto à Fonte 33, entendo que a abertura do crédito adicional suplementar foi justificada, vez que o Convênio só foi firmado em 18/12/2020, data em que a LOA 2021 já havia sido aprovada. Ademais, como a Secex bem ressaltou, no Sistema SigCon⁴ consta o termo aditivo de prorrogação.



Governo do Estado de Mato Grosso
SECRETARIA DE ESTADO DE INFRA-ESTRUTURA E LOGÍSTICA-SINFRA

TERMO ADITIVO Nº 02/

Termo Ex-offício de Prorrogação de Vigência ao Convênio Nº 0780-2020 por atraso na liberação de recursos

1 - Conveniente: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE		2 - CNPJ: 07.209.245/0001-72	
3 - Processo: 275582/20202	4 - Data da Assinatura: 18/12/2020	5 - Data da Publicação: 22/12/2020	6 - Vigência Anterior: 16/06/2022
7 - Pagamento: Este Termo Aditivo tem por objeto prorrogar a vigência do convênio nº 0780-2020 por 365 (Trezentos e sessenta e cinco) dias, com término previsto para 16 de junho de 2023.		8 - Tempo de atraso no pagamento: 365 dias	
		9 - Vigência Atualizada: 16/06/2023	
10 - Dispositivos Legais: Instrução Normativa Conjunta SEPLAN/SEFAZ/AGE Nº 003/2009, publicado no D.O.E. de 17/06/2009 e Cláusula do convênio referenciado acima.			
<p>A(O) SECRETARIA DE ESTADO DE INFRA-ESTRUTURA E LOGÍSTICA-SINFRA, consoante aos dispositivos legais indicados acima e com base nas atribuições estatutárias deste Órgão.</p> <p>RESOLVE:</p> <p>Prorrogar a vigência original do Convênio acima, tendo em vista o atraso ocorrido no repasse dos recursos financeiros a essa Entidade por 365 dias, passando o término da vigência para o dia 16/06/2023, quando deverá ser encaminhada a respectiva Prestação de Contas a este Órgão.</p> <p>Cuiabá, ____ de ____ de ____</p> <p>MARCELO DE OLIVEIRA E SILVA SECRETARIO DE ESTADO</p>			

117. Este TCE-MT já se manifestou acerca da frustração da receita de convênio:

Parecer nº 50/2019-TP / TCE-MT

Planejamento. LOA. Alteração. Créditos Adicionais. Fonte de Recursos. Convênios. Excesso de arrecadação estimado. Frustração na receita. Abertura de créditos e controle do saldo pelas emissões dos empenhos.

1) A assinatura de convênios no decorrer do exercício gera um “excesso de arrecadação estimado” que pode ser utilizado como fonte para abertura de créditos adicionais, e, caso o repasse de recursos não se concretize, haverá a

⁴ (http://sigcon.seplan.mt.gov.br/convenio/termo_simplificado_ex.php?conv_id=22248623&cta_id=32800)





frustração na receita reestimada após firmado o convênio, que, contudo, não pode ser imputada ao gestor, pois nesse caso o repasse não se concretizou por motivos alheios à sua vontade, e, para todos os efeitos, os créditos adicionais foram abertos por excesso de arrecadação estimado dentro da tendência observada no exercício.

2) Os créditos decorrentes da assinatura de convênios no decorrer do exercício, sem que tenham sido previstos quando da elaboração do orçamento, devem ser abertos na totalidade dos valores autorizados pela lei, devendo o gestor controlar o saldo aberto pelas emissões dos empenhos, tal como previsto no art. 59 da Lei 4.320/64 e na Resolução de Consulta nº 43/2008 do TCE-MT.

(CONTAS ANUAIS DE GOVERNO MUNICIPAL. Relator: JOÃO BATISTA CAMARGO. Parecer 50/2019 - TRIBUNAL PLENO. Julgado em 28/11/2019. Publicado no DOC/TCE-MT. Processo 167258/2018). (Divulgado no Boletim de Jurisprudência, Ano: 2019, nº 62, nov/2019).

118. Portanto, vislumbro que no presente caso, ao não ser recebidos recursos financeiros do Convênio nº 780/2020 em 2021, justifica-se a utilização dos argumentos do Parecer nº 50/2019-TP - frustração da receita de convênio. Assim, sano o apontamento na Fonte 33.

119. Pelo exposto, concordo com a Secex e MPC no sentido de que nenhum normativo foi desrespeitado, motivo pelo qual concluo pelo **afastamento da irregularidade FB03**.

II.I - DO MÉRITO DAS CONTAS ANUAIS DE GOVERNO DO MUNICÍPIO DE IPIRANGA DO NORTE-MT, REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2021

120. Da análise global das Contas Anuais de Governo de Ipiranga do Norte-MT, concluo que merecem **Parecer Prévio Favorável à Aprovação**, haja vista a atuação idônea, legítima, eficiente e eficaz, por conseguinte, as contas representaram adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial do ente em 31/12/2021.

121. Ademais, o município apresentou resultados satisfatórios nas áreas de educação e da saúde pública, uma vez que os limites mínimos a serem aplicados foram





devidamente respeitados.

III - DISPOSITIVO DO VOTO

122. Pelos precedentes argumentos, **ACOLHO PARCIALMENTE** o Parecer Ministerial nº 3.432/2022, subscrito pelo Procurador de Contas, Dr. Gustavo Coelho Deschamps, e, com fundamento nos artigos 31, §1º e 2º da Constituição Federal, 210, I da Constituição Estadual, 1º, I e 26 da Lei Complementar Estadual nº 269/2007, 1º, I e 172 da Resolução Normativa nº 16/2021 deste Tribunal de Contas, **VOTO** pela emissão de **PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL**, à aprovação das Contas Anuais de Governo, do exercício de 2021, da Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte-MT, de responsabilidade do Prefeito, Sr. Orlei José Grasseli, tendo como contadora a Sra. Mariza Terezinha Konrath, visto que foram cumpridos os dispositivos constitucionais relativos à aplicação anual em saúde e ensino, bem como os exigidos pela Lei Complementar nº 101/2000. Voto, ainda, no sentido de afastar todas as irregularidades imputadas ao gestor, **(AB99, DA05 e FB03)**.

123. Ressalto, que a manifestação ora exarada se baseia exclusivamente no exame de documentos de veracidade ideológica presumida, conforme prescreve o artigo 172 do Regimento Interno deste Tribunal.

124. É como voto.

Cuiabá-MT, 1º de setembro de 2022.

(assinatura digital)⁵

Conselheiro **SÉRGIO RICARDO DE ALMEIDA**
Relator

⁵ Documento firmado por assinatura digital, baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal nº 11.419/2006 e Resolução Normativa nº 9/2012 do TCE/MT.

